



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 10 de janeiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO Sem posse, Supremo permite novo mandato de Chávez.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Manobras fiscais dificultam o trabalho do Banco Central	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Solução esclarece tributação de serviços por encomenda	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Com manobra fiscal, governo federal evitou descumprir LDO.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Rios da Amazônia não serão alvo de "grandes reservatórios", diz MME.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Para onde vai a Venezuela? - Tribunal apoia manobra e mantém chavismo no poder	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
IG NOTÍCIAS Menos tecnologia indica mau desempenho absoluto das exportações brasileiras	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Sem posse, Supremo permite novo mandato de Chávez	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em decisão controversa, a Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela conferiu ontem legalidade ao adiamento da posse de Hugo Chávez e esclareceu que o novo mandato - o quarto consecutivo - começa hoje, mesmo na ausência do presidente eleito, informa Roberto Lamdrinkas, enviado especial a Caracas. Chávez foi operado de um câncer no dia 11 de dezembro, em Cuba. A presidente do tribunal, Luisa Estella Morales, anunciou a sentença e disse que não há um prazo interposto para que o presidente cumpra o ritual de transição ante o próprio TSJ. Na véspera, a Assembleia havia recebido uma carta na qual o vice-presidente, Nicolás Maduro, transmitia mensagem de Chávez pedindo o adiamento da cerimônia, solicitação aprovada por aclamação.

Tribunal Supremo permite que Chávez comece 4º mandato sem tomar posse

Venezuela. Corte decide que novo período do presidente no poder se inicia hoje, mas juramento ocorrerá "em data a ser agendada; para juizes, ida de bolivariano a Cuba não representa nem mesmo uma ausência temporária - que abriria contagem para falta absoluta em 180 dias

Roberto Lamdrinkas

ENVIADO ESPECIAL / CARACAS

Numa decisão controversa, a Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela (TSJ) conferiu legalidade ontem ao adiamento da posse do presidente Hugo Chávez e esclareceu que seu novo mandato - o quarto consecutivo, obtido com a vitória eleitoral de 7 de outubro - começa hoje, mesmo em sua ausência. Chávez foi operado dia 11 de dezembro em Cuba.

A presidente do tribunal, Luisa Estella Morales, anunciou a sentença que interpretou o Artigo 231 da Constituição - segundo o qual Chávez deveria prestar juramento hoje na Assembleia Nacional (AN) para assumir seu novo mandato acrescentando que não há um prazo interposto para que o presidente cumpra o ritual de transição ante o próprio TSJ.

Na véspera, a Assembleia havia recebido uma carta na qual o vice-presidente Nicolás Maduro transmitia mensagem de Chávez que pedia o adiamento da cerimônia de posse - pedido aprovado por aclamação.

Na entrevista coletiva que se seguiu à leitura da sentença do TSJ, a juíza Luisa Estella acrescentou que a Sala Constitucional entendeu que não há razão para que a falta de um funcionário da república seja considerada automaticamente ausência temporária nem discutiu o mérito da necessidade da formação de uma junta médica para atestar as condições de saúde do presidente. Foi mais longe: disse que o pedido de licença por "ausência temporária" teria de ser feito pelo próprio presidente.

"Assistimos hoje (ontem) a um festival de barbaridades jurídicas", disse ao Estado Cipriano Heredia, dirigente da opositora Aliança Bravo Pueblo. "Suponhamos que tenhamos um presidente sequestrado. Neste caso, ele mesmo teria de declarar sua situação de ausência temporária."

A figura jurídica da "ausência temporária" é **importante** porque a Constituição estabelece que o presidente pode solicitá-la por 90 dias. Esse período pode ser prorrogado por mais 90 dias, depois do que seria declarada a "ausência absoluta" do presidente e a convocação de nova eleição.

"O que o TSJ acabou de dizer é que o presidente pode permanecer indefinidamente em Cuba, quando está claro que, ao menos neste momento, ele não está capacitado para governar", declarou o secretário-geral do partido opositor Primeiro Justicia, Julio Borges. "Nunca tivemos ilusões em relação à imparcialidade do TSJ, mas, desta vez, eles destruíram toda a institucionalidade e a segurança jurídica do país."

Segundo mandato. Os chavistas argumentam que Chávez é um presidente reeleito e já detém a faixa presidencial e os símbolos do poder. Com isso, a cerimônia ante a Assembleia, marcada para hoje, seria uma mera formalidade.

O Artigo 231 prevê que, se por motivo de força maior, a posse do presidente não puder se realizar na Assembleia, ela poderá ser feita ante o TSJ. "Onde? Não diz, Quando? Também não diz", argumenta o presidente do Legislativo, Diosdado Cabello - que sugeriu ontem a abertura de um processo contra a TV crítica ao governo Globovisión, que há uma semana exibe na tela o Artigo 231 omitindo a última

frase, que diz respeito a possibilidade de posse ante o Judiciário.

"São manipuladores. Essa oposição fascista não sossegará até que consiga se livrar de Chávez", discursou Cabello num ato do Partido Socialista Unido da Venezuela

(PSUV), em Aráguá. "Tudo o que fazemos aqui está clarinho, clarinho na Constituição. Se a direita está descontente, que saia às ruas. Mas não se equivoquem. Também estaremos nas ruas, de joelhos, na defesa da nossa revolução e de Chávez"

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Manobras fiscais dificultam o trabalho do Banco Central		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cenário: Adriana Fernandes

As incertezas em relação à determinação do governo em cumprir a meta fiscal em 2013, sem abatimentos, preocupam o Banco Central e complicaram o trabalho de condução da política monetária. Depois que a manobra contábil para aumentar o superávit primário das contas do setor público do ano passado foi revelada, os principais integrantes do Ministério da Fazenda sinalizaram que o resultado fiscal de 2013 também será menor, colocando o BC numa saia justa, faltando uma semana para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

O BC tem deixado claro nos documentos oficiais que conta com a volta do superávit primário ao patamar de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano para ajudar na redução da inflação. A perspectiva de um esforço fiscal menor será ruim para coordenar as expectativas de mercado em relação aos preços.

Segundo um integrante do BC, o retorno do superávit para o nível mais alto é importante para que a política fiscal volte a ser contracionista e não deveria ser abandonado pelo

governo. Afinal, o IPCA (índice oficial de inflação) ainda está longe do centro da meta de 4,5%.

Mas com a taxa Selic no patamar mais baixo da história, o Ministério da Fazenda já não esconde mais, como fez por quase todo o ano de 2012, que não pretende voltar a fazer superávits mais elevados. A estratégia da equipe econômica é abrir caminho para novas desonerações que possam viabilizar um crescimento maior da economia.

O sinal mais evidente foi dado pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, que em entrevista à Agência Estado declarou que há muito tempo o superávit primário poderia ser menor, sem comprometer a trajetória de queda da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB. Esta sim, na sua avaliação, é o objetivo da política fiscal do governo e não o superávit "por si só".

Por enquanto, para o BC o que vale é o que está escrito no último relatório de inflação, de dezembro. Ou seja, o que se espera é o cumprimento da meta de 3,1% do PIB. Resta esperar o que a ata do Copom vai sinalizar em relação à estimativa de superávit primário embutida nas projeções de inflação.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Solução esclarece tributação de serviços por encomenda		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Laura Ignacio | De São Paulo

A Receita Federal entende que a prestação de serviços por encomenda de industrialização de mercadorias destinada à Zona Franca de Manaus (ZFM) deve ser tributada pelo PIS e pela Cofins. A interpretação foi divulgada por meio da Solução de Consulta nº 288, publicada no Diário Oficial da União de ontem.

De acordo com a Lei nº 10.996, de 2004, incide alíquota zero sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca. O motivo é que a operação caracterizaria exportação.

"Na hipóteses de prestação de serviços de industrialização por encomenda, a remessa das mercadorias objeto da industrialização pela pessoa jurídica executora à pessoa jurídica encomendante da industrialização não se

caracteriza como uma venda de mercadoria", diz o Fisco na solução de consulta.

De acordo com o advogado Fábio Calcini, do escritório Brasil, Salomão & Matthes Advocacia, a legislação não prevê expressamente a vedação. "Seria justo e razoável a extensão da alíquota zero para a prestação de serviços", afirma.

No entanto, já existem decisões judiciais contrárias ao benefício. Conforme decisão da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), a legislação que regulamenta o PIS e a Cofins não pode ser automaticamente estendida para englobar as receitas auferidas com os serviços prestados a pessoas sediadas na Zona Franca de Manaus e nas Zonas de Processamento de Exportação.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Com manobra fiscal, <u>Governo Federal</u> evitou descumprir LDO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Edna Simão | De Brasília

O Governo Federal preferiu recorrer às "manobras fiscais" para atingir a meta de superávit primário em 2012 e evitar o descumprimento não só da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como também da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O desacato à legislação poderia implicar a reprovação das contas públicas pelo Congresso e, até mesmo, na abertura de processos específicos cuja penalidade mais grave é a perda do cargo.

A avaliação, no entanto, é de que as críticas sobre a forma com que a meta foi atingida poderiam ter sido minimizada com a redução da economia para pagamento de juros. Para isso, seria necessário a enviar para aprovação do Congresso Nacional um projeto de lei ajustando a LDO. Essa matéria não pode ser tratada por medida provisória. Mas os técnicos do governo avaliaram que o melhor seria cumprir a meta com os instrumentos legais que tinha - uso dos recursos do Fundo Soberano do Brasil e antecipação de dividendos.

Neste ano, se o Executivo considerar necessário, tem tempo suficiente para enviar e aprovar projeto de lei ajustando a meta de superávit, que corresponde a 3,1% do PIB, na LDO. O Governo Federal ainda não fala oficialmente em diminuir a economia para pagamento de juros em 2013, porém, já admite a possibilidade de abatimento de R\$ 25 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A diminuição da meta de superávit primário não seria um fato inédito. Em 2009, o governo baixou essa economia de 3,8% do PIB para 2,5% do PIB.

Conforme a legislação vigente, o Tribunal de Contas da União (TCU) é responsável pela avaliação das contas do governo, ou seja, do cumprimento de metas como a fiscal e encaminha parecer prévio ao Congresso Nacional que pode aprová-lo ou não. A reprovação do balanço da equipe da presidente Dilma Rousseff seria mais um sinal ruim de deterioração e falta de transparência na contabilidade do país.

Além disso, os responsáveis pela administração das finanças do governo, como o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e sua equipe, poderiam ser alvo de processos específicos do TCU, cujas sanções e penalidades chegam à inabilitação para o exercício do cargo em comissão ou função de confiança.

Segundo o Artigo 73 da LRF, "qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento" dessa legislação.

Para o economista Mansueto Almeida, do Ipea, o governo deveria ter reduzido o superávit primário em 2012 em vez de optar por manobras financeiras para atingir o objetivo. No último dia de 2012, para garantir o cumprimento da meta, o governo decidiu utilizar R\$ 12,4 bilhões do FSB e recorrer à antecipação de dividendos da Caixa e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As três medidas somadas proporcionaram uma receita extra de R\$ 19,4 bilhões. Essa engenharia foi alvo de críticas do mercado.

Segundo Almeida, uma diminuição da meta de superávit primário para algo próximo de 2,5% do PIB em 2012 não criaria grandes questionamentos, afinal os economistas e analistas de mercado já não acreditavam que o número seria atingido. No caso deste ano, uma mudança na meta sinalizaria que a equipe econômica trabalhará com inflação um pouco mais alta. Isso porque, os modelos econômicos do Banco Central para controle da inflação, por exemplo, estão sustentados no cumprimento da meta cheia.

Para um técnico do Ministério da Fazenda, o governo até poderia ter trabalhado com uma meta menor de superávit em 2012, mas decidiu cumpri-la com os instrumentos legais que tinha. Na sua avaliação, o país tem condições de perseguir meta de superávit menor no futuro porque a relação dívida/PIB continua em queda e a taxa de juros do país também caiu consideravelmente. Mas não

há decisão sobre o assunto. Para 2013, a expectativa é de que a economia tenha um crescimento progressivo, o que se

refletirá na ampliação da arrecadação de tributos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Rios da <u>Amazônia</u> não serão alvo de "grandes reservatórios", diz MME		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por De Brasília

Se por um lado o governo planeja acionar permanentemente as usinas térmicas, medida de causar pânico entre ambientalistas, por outro, ele admite que o tempo de o Brasil construir hidrelétricas com grandes reservatórios, como fez durante as décadas de 70 e 80, já passou.

O esvaziamento dos reservatórios atuais fez reacender a discussão sobre a necessidade de se construir grandes represas, com o propósito de ter mais controle sobre a vazão da água e, assim, da geração de energia. Essa polêmica, no entanto, já não tem razão de existir, segundo Altino Ventura Filho, secretário de planejamento e **desenvolvimento** energético do **Ministério** de Minas e Energia (MME).

"A próxima fronteira hidrelétrica do Brasil está na região Norte, nos rios da Amazônia, mas esses rios não têm vocação para grandes reservatórios. São rios de planície. Eles não têm, portanto, condições de ser fazer reservatório de regularização", disse Ventura.

O governo tem conseguido avançar com usinas na região Norte baseado em hidrelétricas a fio d"água. Nesse tipo de projeto, em vez de as turbinas aproveitarem uma forte queda do nível da água, elas utilizam a própria força de vazão do rio para gerar energia. Isso não significa, porém, que não exista uma barragem por trás das máquinas. Belo Monte, por exemplo, em construção no rio Xingu, no Pará, é uma usina a fio d"água, mas que se apoia na construção de um canal com cerca de 20 km de extensão e um lago com mais de 500 km quadrados de área.

Segundo Ventura, os principais rios da Amazônia voltados para o aproveitamento hidrelétrico - Xingu, Tocantins, Teles Pires, Juruena e Tapajós - não possuem condições topográficas e ambientais que viabilizem a construção de um "reservatório de regularidade". Esse tipo de represa de grande porte é construído pontos iniciais dos rios para que, ao longo de seu trajeto, uma sequência de usinas aproveite o fluxo da água para a geração de eletricidade.

É o que foi feito na década de 70 na Bacia do Rio São Francisco, com a construção da barragem de Sobradinho. A

Chesf, do Grupo Eletrobras, ergueu uma sequência de usinas abaixo da barragem, um complexo que hoje responde por cerca de 15% da energia do país. "Os projetos do São Francisco permitem uma gestão com o aproveitamento máximo dele. Se decidíssemos fazer essa barragem hoje, ela certamente não seria feita por conta de restrições ambientais", disse Altino Ventura Filho.

Quando o sertão virou mar em Sobradinho, foram inundados 4,2 mil km quadrados de terra, oito vezes a área que será alagada por Belo Monte, encarado hoje como o mais polêmico projeto hidrelétrico do país, ou do mundo.

A bacia do rio Paraná é outra que, além do São Francisco, possui reservatório de regularidade, onde foram instaladas as hidrelétricas de Furnas, Itumbiara e Nova Ponte. Com esse tipo de reservatório, explica Ventura, é possível fazer uma "gestão plurianual" da água, utilizando o estoque por até três anos, enquanto em usinas a fio d"água trabalha-se com apenas meses de controle da água.

Com ou seu regularidade, o fato é que grandes reservatórios vêm por aí. No rio Tapajós, as usinas de São Luís e Jatobá - ambas a fio d"água - estão projetadas para inundar um total de 1.368 quilômetros quadrados de floresta virgem, uma área quase do tamanho da cidade de São Paulo.

Os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apontam que o Brasil é dono do terceiro maior potencial hidrelétrico do planeta. O país detém 10% de todo o recurso hídrico mundial, só atrás da China (13%) e da Rússia (12%). De todo esse potencial, segundo a EPE, apenas um terço é utilizado até hoje para geração de energia. Ocorre que 66% do que ainda não foi explorado está na região Norte. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), atualmente há 30 usinas hidrelétricas planejadas ou em fase de construção na Amazônia.

O governo estima que, entre 15 e 20 anos, todo o potencial hídrico do país já estará aproveitado. "Não temos outra saída. Vamos buscar outras formas de geração", disse Altino Ventura Filho, do MME. (AB e RB)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Para onde vai a Venezuela? - Tribunal apoia manobra e mantém chavismo no poder		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Corte decide que presidente continua no cargo sem posse e por tempo indeterminado

Vice Nicolás Maduro poderá permanecer à frente do governo após decisão de juízes ligados a Chávez; oposição, que queria decretação de ausência temporária, denuncia inconstitucionalidade da medida.

Governo sem fim

Corte endossa tese de que posse é formalismo e decide que Chávez continua no cargo

Mariana Timóteo da Costa

Enviada especial

VENEZUELA EM VIGÍLIA

CARACAS No que opositores e especialistas classificaram como uma grave ruptura que mergulhou a Venezuela numa crise institucional, o órgão máximo do Judiciário, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), decidiu ontem ignorar a data da posse do novo mandato do presidente Hugo Chávez, marcada para hoje segundo a Constituição do país. A corte, dominada por magistrados alinhados ao chavismo, encampou o argumento do governo, já avalizado na véspera pela Assembleia Nacional, de que, como Chávez é um presidente reeleito, a posse para o novo mandato é um mero "formalismo". Com isso, autorizou a permanência no comando do país, por período indeterminado, do vice-presidente Nicolás Maduro - que não foi eleito, mas nomeado por Chávez e apontado pelo líder como sucessor antes de sua viagem para Cuba para a quarta cirurgia contra o câncer.

Enquanto opositores se revoltavam e afirmavam que vão apelar à Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao **Mercosul**, o governo marcou para hoje uma festa simbólica nas ruas em apoio a Chávez, que contará com a presença dos presidentes do Uruguai (José Mujica), da Bolívia (Evo Morales) e da Nicarágua (Daniel Ortega). O **Brasil** não enviará representante, mas, segundo Maduro, a presidente Dilma Rousseff manifestou ontem apoio à decisão da Justiça venezuelana.

- Há duas horas tivemos uma conversa com Dilma Rousseff, do Brasil. Ela ratificou toda sua confiança, depois de

conhecer a decisão do TSJ, no **desenvolvimento** da democracia venezuelana. Agradecemos as palavras generosas desta grande companheira do presidente Chávez, como ela mesma se refere. Há verdadeiros sentimentos de amor e solidariedade profunda.

Milhares de pessoas são esperadas para apoiar o chavismo em frente ao Palácio de Miraflores, sede do governo. O presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, a quem caberia governar interinamente o país - por um período máximo de 180 dias - caso o TSJ entendesse que era necessário decretar a ausência temporária de Chávez, adotou um tom de confrontação ao convocar os venezuelanos para a marcha de hoje.

- A oposição não nos mete medo. Façamos o que faria Chávez, joelho em terra, fuzil no ombro e baioneta em punho para defender a revolução dos traidores. Se eles querem ver um povo excitado nas ruas, vão vê-lo defendendo a revolução - disse Cabello, que ainda pediu que a Comissão Nacional de Telecomunicações inicie uma investigação contra o canal privado Globovisión por suposta manipulação na cobertura.

analistas criticam a decisão

A presidente do TSJ disse não ver necessidade da convocação de uma junta médica para avaliar a saúde de Chávez nem da decretação de ausência temporária, já que a Assembleia Nacional autorizou que o presidente viajasse para Cuba para o tratamento. O governo venezuelano diz que o presidente sofre de uma infecção pulmonar decorrente da operação, realizada em 11 de dezembro, o que o impossibilita de viajar a Caracas para tomar a posse. Desde a cirurgia, não foram divulgadas imagens de Chávez.

Para constitucionalistas e cientistas políticos, o que ocorreu ontem deixou a Venezuela "sem um governo legítimo a partir de hoje", como definiu a ex-presidente do TSJ Cecilia Sousa. Ela explicou que, ao definir o dia 10 de janeiro como data do início de um novo governo, a Constituição determina que um novo vice-presidente deve ser nomeado, assim como os ministros.

- Se esta situação de desgoverno persistir, os países deveriam dificultar para Maduro ser reconhecido

internacionalmente como chefe de Estado da Venezuela - disse a ex-magistrada.

O governador de Miranda e candidato da oposição derrotado por Chávez na última eleição, Henrique Capriles, reagiu com indignação ao fato de a Corte "ter resolvido decidir os problemas do governo". Criticando a paralisia do chavismo, disse que acabaram as desculpas para a inação e que, Maduro, mesmo sem ter sido eleito, precisa dar respostas a problemas que afetam os venezuelanos, como a insegurança. Ele reiterou que não incentivará o embate entre aliados e opositores do chavismo nas ruas hoje.

- Não vamos colocar o povo para se confrontar com o povo, não creiam que é um sinal de fraqueza, mas de responsabilidade -disse.

A analista política Elza Cardoso diz que a oposição enfrenta uma situação muito difícil, "já que o chavismo foi sequestrando todos os poderes do país ao longo dos anos, o que faz com que toda decisão tenha um manto de legalidade".

- O que a oposição precisa é se unir e não aceitar as provocações, não entrar em confronto físico e sim de ideias. Uma nova eleição pode demorar, mas vai acontecer se Chávez continuar tão doente assim. Um país precisa de um presidente - diz Elza.

	VEÍCULO IG NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Menos tecnologia indica mau desempenho absoluto das <u>exportações</u> brasileiras		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Banco Mundial examina em detalhes desempenho das exportações do Brasil nos últimos 15 anos, constata que País está diante de abismo competitivo e sugere soluções

Relatório publicado esta semana pelo Banco Mundial afirma que o Brasil está diante de um abismo competitivo, afetando a relação comercial do País. No material, elaborado pelos economistas Otaviano Canuto, Matheus Cavallari e José Guilherme Reis, são examinados em detalhes o desempenho das exportações nos últimos 15 anos, com foco não apenas no crescimento e composição, mas também em dimensões diferentes de desempenho, incluindo a diversificação da pauta de comércio externo.

O documento destaca o fato amplamente conhecido de que a economia brasileira está enfrentando desafios de competitividade consideráveis. Na avaliação dos economistas, após vários anos de forte expansão, a recente desaceleração parece estar relacionada com as dificuldades do lado da oferta, decorrente de uma gama de ineficiências e custos crescentes, em vez da demanda agregada insuficiente. Tais ineficiências e custos elevados têm mostrado sinais de agravamento nos últimos anos.

Divulgação Balança comercial em 2012 teve superávit de US\$ 19,4 bilhões, o menor resultado dos últimos dez anos

"Apesar de uma moeda mais forte poder ser apontado como um dos elementos por trás da menor competitividade das exportações brasileiras, o desempenho lento da produtividade e uma tendência de alta dos salários reais explicam uma parte significativa da perda global de competitividade", aponta o documento publicado pelo Banco Mundial.

A instituição destaca ainda que o resultado das exportações brasileiras em termos de sofisticação sugeriu um claro declínio na participação de produtos com maior conteúdo tecnológico. Produtos primários ganham peso significativo durante o período analisado. "A queda da participação de produtos de alta tecnologia reflete o seu mau

desempenho absoluto, e não apenas o sucesso de commodities relacionadas com exportações."

O diagnóstico reforça a importância, segundo o Banco Mundial, de retomar a agenda de reformas microeconômicas, ampliar o investimento como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), além da necessidade de promover avanços no sentido de melhorar a qualificação dos trabalhadores.

Balança comercial fecha 2012 com superávit de US\$ 19,438 bilhões

Crise continuará a atrapalhar **PIB** brasileiro em 2013, dizem economistas

Vale diz que relação com a China não avançou tanto quanto esperado

No ano passado, a balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 19,4 bilhões, o menor resultado dos últimos dez anos. Esse desempenho foi fortemente impactado pela diminuição das exportações, mesmo com a valorização do dólar, o que em tese colabora para tornar o produto brasileiro mais barato e mais acessível aos mercados externos.

Mas as dificuldades estruturais para escoar grande parte da produção até os canais de exportação, como os portos, acabam gerando altos custos que impactam diretamente no preço final dos bens brasileiros que são destinados à exportação.

Outro problema é a concentração das exportações em poucos produtos como as commodities agrícolas e minerais que têm menor valor agregado e servem como matéria-prima para o setor industrial em outros países.

iG São Paulo